

*tradução livre do acervo
trans-anarquista + bibliopreta*



Jules Gill-Peterson

uma breve
história da
trans-
misoginia

PREFÁCIO E INTRODUÇÃO

uma breve história da transmisoginia

Jules Gill-Peterson

Originalmente publicada em inglês pela editora Verso (Londres; Nova Iorque) em 2024.

GILL-PETERSON, Jules. **Uma Breve História da Transmisoginia.** (p. 10-29) Tradução Livre: Acervo Trans-Anarquista e Bibliopreta, 2025. (Título original: *A Short History of Trans Misogyny*; 2024).

Gill-Peterson, Jules. (2025). *Uma Breve História da Transmisoginia* (10-29). Tradução Livre: Acervo Trans Anarquista e Bibliopreta

prefácio:

“Transmisoginia”¹ se refere à depreciação dirigida tanto à feminilidade trans como às pessoas consideradas transfemininas, independentemente de como estas se entendem. Embora ela possa se apresentar como um sistema de crenças, a transmisoginia também estrutura o mundo material por meio de disparidades nas possibilidades de vida e um conjunto de regimes punitivos característicos. Como um exercício de violência interpessoal ou estatal, a transmisoginia opera por meio da lógica do ataque preventivo. Ela *transfeminiliza* seus alvos sem o seu assentimento, geralmente sexualizando sua suposta feminilidade como se fosse uma expressão de agressão masculina. Esse processo de reconhecimento errôneo e projeção constroi seus alvos como inerentemente ameaçadores.

¹ **Nota de tradução:** O termo “transmisoginia”, na versão original do texto, foi escrito separado “trans misogyny”. Optamos por traduzir as palavras juntas em razão de seu uso em português.

O rótulo de ameaça, por sua vez, justifica a agressão ou a punição racionalizada após o fato como uma resposta legítima à vitimização — um manual de interesses próprios, se é que existe um. Quem quer que exerça a transmisoginia desfruta do raro privilégio de ser ao mesmo tempo a vítima e o juiz, o júri e o carrasco. A transgressão que desencadeia essa ofensiva pode ser tão mundana quanto andar na rua, ou um pânico moral tão exagerado quanto o suposto fim da civilização Ocidental. Seja como for, a presença passiva de uma pessoa trans-feminizada constitui quase sempre o pretexto solipsista para atacar primeiro. A transmisoginia ataca a própria existência da transfeminilidade ao atacar pessoas reais.

A transmisoginia é altamente perspicaz, isolando seus alvos do resto do mundo social, e extremamente impessoal, recrutando elementos de homofobia e misoginia convencional para sua causa. Ela também tende a se manifestar por meio de expressões locais de racismo e antagonismo de classe. Este livro descreve essas características e mecanismos em maiores detalhes, traçando alguns de seus principais pontos históricos de surgimento nos últimos duzentos anos. No decorrer do livro, eu insisto na transmisoginia como sendo a infraestrutura do mundo comum para aliviar a pressão de classificar o valor humano por meio da identidade e da posição social. Embora surjam a cada dia novas taxonomias para atribuir valor a supostas identidades de gênero, classes sexuais ou pessoas privilegiadas e oprimidas, apresento este livro como um argumento materialista para deixar de lado esses jogos perdidos. Meu primeiro axioma é que a transmisoginia é onipresente demais para fazer distinções tão pomposas. Ela se apega a quase tudo o que diz respeito a sexo, gênero, sexualidade, raça e classe. Não acredito em classificar os graus relativos de culpa ou vitimação dos outros de acordo com o tipo de pessoa que eles são, porque é exatamente isso que a transmisoginia faz. E pior, fazer isso leva a soluções ressentidas e puristas para as desigualdades sociais. Na verdade, todos estão envolvidos e são moldados pela transmisoginia. Não há nenhuma pessoa que seja puramente *afetada* por ela a ponto de viver em um estado de total vitimização, assim como não há nenhuma que viva totalmente *isenta* de suas maquinações. Não há uma linguagem perfeita a ser descoberta ou inventada para resolver o problema da transmisoginia, rotulando seus devidos perpetradores e vítimas. Tampouco o grau de segurança ou periculosidade de alguém é determinado ou *atribuído* de forma definitiva, seja no nascimento ou por meio da alegoria da *socialização*.

Da mesma forma, não há atributos biologicamente estáticos e inerentes a partir dos quais se possa extrapolar o merecimento de reconhecimento, liberdade ou qualidade de vida de alguém, muito menos sua criminalidade ou poder inerente fantasiado. Toda tentativa de legislar sobre como o mundo deveria ser, fingindo descrever inocentemente suas regras normativas, falhará, como acontece com todas as idealizações em seu excesso de confiança. Este livro é crítico em seus procedimentos de análise, mas também é, crucialmente, empirista em sua confiança nas evidências do passado.

A era atual de pânico moral estridente, autoritarismo espumante e crise interminável no sistema capitalista tem sido cruel com todes nós. Ultimamente, tenho refletido sobre como me tornei frágil, pelo menos em alguns aspectos. Quando os riscos são tão permanentemente altos quanto vida ou morte, catástrofe ou salvação, é difícil encarar o custo da vulnerabilidade, inclusive a vulnerabilidade necessária para habitar a incerteza ou ter pensamentos provisórios. Hoje em dia, parece ser imensamente difícil correr o risco de se equivocar, especialmente em público, e eu não estou imune a isso. Tenho me visto falando menos fora da prosa trabalhosa de minha pesquisa e bolsa de estudos, o que gera um milhão de oportunidades para escolher minhas palavras com cuidado. (Este livro é um exemplo disso, com certeza.) O clube de debates que existe no que resta da esfera pública é um pesadelo surreal. Para cada especialista de direita ou liberal que banha o extremismo, cujo veneno respinga no para-brisa da minha figura pública, há a grosseria e a agressão simétricas de pessoas que não conheço, mas que parecem estar na mesma luta que eu. Os pânicos morais não se restringem aos projetos anti-trans. Há pânicos morais queer e até pânicos morais trans orientados intramuros – contra nós mesmas, por nós mesmas. E, embora machuquem de forma diferente, porque raramente são apoiados pela força esmagadora do estado, eles ferem de uma forma que as pessoas explicitamente dedicadas à missão tola de minha erradicação não conseguem. Frustrada e exausta pela má-fé generalizada, ultimamente tenho me visto dizendo menos daquilo de que não tenho certeza absoluta. E não estou falando de colocar limites, ou de ser opaca para reservar alguma interioridade como escritora – algo que todes nós podemos querer fazer. Refiro-me a algo que mistura autocensura por meio do silêncio com o endurecimento

arterial resultante de uma vida inteira de decepções, tanto por racismo quanto por homofobia e trans misoginia.

A transmisoginia é altamente compatível com a política autoritária da direita, pois visa preservar, ou consolidar, as hierarquias sociais existentes por meio da produção de uma ameaça imaginária por parte daquelas que possuem menos poder demonstrado, exigindo violência para acabar com eles. No entanto, seria um erro pensar que isso significa que as políticas liberais ou de esquerda são imunes, ou até mesmo menos receptivas, ao uso do seu poder. A transmisoginia é um raro ponto de consenso em qualquer espectro proverbial, seja ele político, de identidade ou de desejo. Espero que a abordagem meticulosa deste livro, que tem como objetivo fornecer evidências esmagadoras como um recurso em suas mãos, também lhe toque de uma maneira diferente. Se você, como eu, se sente um pouco frágil, na incerteza de como romper a marcha implacável da miserável ordem das coisas, então talvez defender sua própria bondade, mesmo por meio do aprendizado ou da política, não seja a tarefa mais urgente. A transmisoginia funciona menos como uma falha pessoal de alguém do que algo como o clima. Abrir mão do impulso de buscar clareza política na bondade ou na maldade do seu grupo social pode render recompensas muito maiores. O que nos espera é um certo *des*-aprendizado, uma tarefa para a qual este livro pode ser um humilde guia.

Jules Gill-Peterson

14 de Setembro, 2022

Introdução:

*Feminilidades*² contra “Trans”

Estamos vivendo na era global da identidade *trans*, uma versão encurtada ou prefixal da palavra *transgênero*. Como uma identidade guarda-chuva promovida pelo Norte global, *trans* é uma categoria hiper-inclusiva sobre a qual uma constelação de identidades e estilos de gênero devem encontrar seu lugar. Como prefixo, *trans-* é também um tipo de energia de cruzamento de limites, uma recusa de ser contida por binariedades, e vinculável a quase qualquer coisa: não somente a pessoas do mundo todo através de incontáveis culturas e línguas, mas também a animais, moléculas de matéria animada, ou tecnologias digitais.³ Encontramos *Trans* entre a descrição de uma minoria pequena de pessoas e a nomeação de algo hiper-moderno sobre como o mundo funciona. Mas *trans*, como palavra herdeira de *transgênero*, têm também uma premissa única na distorção e domesticação da feminilidade *trans*. A política *trans* prefixal promete uma utopia *queer* do gênero na qual todes se liberam ao se livrar de uma mulheridade *trans* antiquada. Essa é uma história de origem que raramente contam.

² N.T.: estaremos utilizando o termo “Feminilidades” como tradução de “Femmes”, considerando os seus usos em contextos *trans* e travestis brasileiros.

³Para uma revisão dos vários modos nos quais a identidade *trans* veio a circular no pensamento contemporâneo, ver: Susan Stryker, “Introduction: *Trans* Studies Now*,” *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 7, no. 3 (2020): 299–305

A palavra *transgênero* ganhou popularidade nos anos '90 em dois berços distintos porém relacionados. O primeiro foi um mundo ativista majoritariamente branco na Área da Baía de São Francisco, onde as pessoas que já estavam há tempo envolvidas em organizações *queer* começaram a se manifestar em torno da *transgeneridade* como uma categoria não médica, alegadamente política para a superação dos limites impostos do gênero. Segmentos de pessoas nos EUA que anteriormente navegavam sob signos díspares e até mesmo incompatíveis foram de repente agrupadas juntas sob um mesmo guarda-chuva, incluindo travestis [transvestites], *drag queens*, *cross-dressers*, *queens* de rua, *hair fairies*, *butches*, *studs*, *bois*, bichas, *femmes*, pessoas de gênero fluído e de gênero foda-se [*genderfuck*], e transexuais. Essa multiplicidade ativista produziu definições radicais e interseccionais da *transgeneridade* como um tipo de coalizão estratégica do precariado de gênero, como no folheto influente de Leslie Feinberg em 1992 *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*.⁴ Mas a sombra muito maior projetada pelo termo *transgênero* veio do seu segundo berço no bem-financiado complexo industrial das ONGs. Ali, a *transgeneridade* foi institucionalizada por organizações de serviço social trabalhando em cidades americanas e foi rapidamente adotada para trabalhos paralelos de desenvolvimento internacional ao longo do Sul global. Para organizações que realizavam trabalhos de difusão de saúde sexual, cuidados com HIV/AIDS, e redução de danos, a *transgeneridade* possuía a mesma definição adotada por ativistas, ao menos superficialmente. David Valentine, um antropólogo que estudou esse processo em primeira mão na cidade de Nova Iorque, observou que estas organizações imaginavam a *transgeneridade* no final dos anos '90 como “uma categoria coletiva de identidade que incorpora uma gama diversa de pessoas variantes de gênero com corpos masculinos ou femininos que anteriormente teriam sido entendidas como tipos distintos de pessoa.”⁵

O problema, como Valentine viu de maneira mais impactante no seu trabalho de campo com trabalhadoras do sexo, era que poucas das feminilidades que estavam sendo categorizadas como *transgênero* usavam essa palavra para se descreverem. Conforme as

⁴ Leslie Feinberg, “*Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*” (1992), *Workers World*, 2 de Novembro de 2017, workers.org.

⁵ David Valentine, *Imagining Transgender: An Ethnography of a Category* (Durham, NC: Duke University Press, 2007), 4.

organizações de serviço social, projetos de caridade, serviços de saúde e burocracias locais começaram a identificar garotas da pista e trabalhadoras do sexo sob o guarda-chuva transgênero, elas ativamente dispensaram o entendimento sobre si por parte dessas mulheres, para incluí-las em projetos filantrópicos. O ponto de fixação mais importante era o uso do termo *gay* por parte das *femmes*. Valentine notou que para as ONGs, a “identificação transgênera” era, acima de tudo, “ser explicitamente e fundamentalmente diferente em origem e na prática da identificação homossexual”.⁶ Chamar trabalhadoras do sexo pobres de transgênero deveria distingui-las de pessoas gays, mas a distinção foi imposta de fora. Como resultado, as feminilidades na pista tornaram-se ainda mais ininteligíveis do que eram antes. A *transgeneridade* chegou para muitas garotas na pista não como um grito ativista, mas como uma palavra institucional para separar de maneira abstrata a identidade de gênero da orientação sexual. Ao se recusar a ratificar essa separação, essas mulheres trans majoritariamente pobres e racializadas [*of color*] foram enquadradas como conservadoras, como se estivessem sofrendo de um sistema de crenças “ultrapassado”. Desde então, a tendência a enquadrar qualquer pessoa que se recuse a separar o gênero da sexualidade como anacrônica tem migrado para o Sul global, entranhando ainda mais o modelo Ocidental, branco e de classe média das identidades de gênero como o marco da modernidade trans. A grande conquista da *transgeneridade* tem sido então de desautorizar justamente as pessoas que ela alega representar com urgência: mulheres pobres racializadas.

Em torno da mesma época em que Valentine realizava seu trabalho de campo no *Meatpacking District* em NI, um episódio da terceira temporada de *Sex and The City* (2000) acompanhava Samantha (Kim Cattrall) se mudando para um loft com aluguel de \$7.000 dólares na vizinhança. Em cenas agora infames, Samantha confronta um trio de mulheres trans Negras cujo trabalho sexual está levando-a a lágrimas burguesas. “Eu não paguei uma fortuna pra viver em uma vizinhança que é *trendy* de dia e *tranny* [traveco] de noite,” ela exclama para as amigas durante a cena icônica de almoço da série. Samantha tenta resolver o problema primeiro elogiando a aparência dessas mulheres e perguntando-as se elas não fariam a gentileza de se mudarem para outro quarteirão. Carrie Bradshaw (Sarah Jessica

⁶ *Ibid.*, 4.

Parker) intervém como narradora para complementar que “Samantha sempre soube conseguir o que quer com os homens, mesmo que eles sejam meio mulheres”. Mas quando as garotas retornam e interrompem um orgasmo com o seu namorado, Samantha escancara a janela do seu quarto, grita, “Calem a boca suas putas, eu chamei a polícia!” e despeja um pote de água em uma delas. “Eu sou uma cidadã contribuinte e membro da Associação de Jovens Mulheres Empreendedoras. Eu não tenho que aguentar uma coisa dessas,” ela reclama consigo mesma. Uma viatura então aparece na rua e Samantha assiste, triunfante, conforme as mulheres trans Negras são deslocadas. No fim do episódio, sentindo-se culpada, Samantha dá uma festa no telhado para as meninas, fazendo amizade com elas de uma vez por todas – mas não sem lançar várias outras farpas dignas de *cringe*.⁷

O episódio, os fãs admitem, não envelheceu bem dentro dos últimos vinte anos.⁸ Como o documentário *Disclosure* (2020) talvez afirme, as convenções de representação das pessoas trans passaram desde então pelo chamado ponto de inflexão trans, na medida em que enquadrar as mulheres trans Negras e as profissionais do sexo como alvo de piadas grosseiras é conivente com sua morte social.⁹ Mas, perversamente, a cena enfatiza o quanto *Sex and the City* oferece uma forma caracteristicamente anti-Negra de transmisoginia. A desumanização de Samantha em relação às garotas que trabalham em seu quarteirão não é o reflexo de uma campanha moral contra o trabalho sexual ou de uma crise filosófica na categoria de mulheridade. Tem a ver simplesmente com seu status de gentrificadora. Ela quer que o *Meatpacking District* seja policiado e esvaziado de mulheres trans Negras porque ela paga um aluguel exorbitante pelo seu apartamento. E ela quer privacidade em sua casa para facilitar o sexo heterossexual prazeroso com seu namorado, o que exige que ele fique separado da economia pública e transacional do trabalho sexual. Não há nada deliberadamente velado nas ações ou crenças de Samantha; elas são defesas explícitas de uma mulher branca burguesa. Para purificar o *Meatpacking District* e a casa de Samantha, as garotas de rua precisam ser expulsas. Ao revê-lo hoje, os espectadores

⁷ “O que vem fácil vai fácil,” *Sex and the City*, Temporada 3, episódio 9, HBO, emissão em 6 de Agosto de 2000.

⁸ Chris Burns, “5 Episodes of ‘Sex and the City’ That Are Now Cringeworthy,” *Betches*, 21 de Agosto de 2019, [betches.com](https://www.betches.com).

⁹ Ver: *Disclosure*, direção de Sam Feder (Netflix: 2020).

podem achar que o episódio permanece estranhamente inequívoco sobre o trabalho de gentrificação da era trans global.

Vinte anos depois, dificilmente o mundo se acanha em discutir a violência contra as mulheres trans, embora o pêndulo cosmopolita tenha oscilado entre Samantha fazer piadas sobre essa violência e aumentar a conscientização sobre ela. De fato, a violência é como uma moeda que garante a mobilidade das mulheres trans. Na mente do público, as mulheres trans Negras, como as retratadas em *Sex and the City*, estão atreladas a um poderoso espetáculo de assédio, agressão sexual, policiamento, violência física e assassinato. E não faltam vozes exigindo que todes prestem ainda mais atenção a essa violência, como se contemplá-la fosse a chave para remediá-la. Mas na constante repetição de cenas de violência, uma pergunta assustadoramente básica parece nunca ser respondida: Por que isso acontece?

Organizações de proteção e combate à violência doméstica raramente registram a violência contra mulheres trans como uma categoria independente, preferindo colocá-la sob o título geral de “transgênero” ou “LGBT”. No entanto, elas também descrevem o escopo dessa violência como uma “praga” ou uma “epidemia” de onipresença “espantosa” ou “chocante”.¹⁰ E afirmam que o índice de violência contra mulheres trans parece estar aumentando, especialmente para mulheres trans Negras e mulheres trans racializadas.¹¹ Ainda assim, nenhuma dessas organizações explica *por que* as mulheres trans são assediadas, agredidas e mortas em taxas tão alarmantes ou excepcionais, ou o que faz esses índices mudarem. É como se a resposta fosse óbvia demais e perturbadora demais para ser considerada: algumas mulheres trans são tão amplamente injuriadas que são exclusivamente passíveis de serem mortas.

Matar mulheres trans é horrível, independentemente do motivo. Mas a ausência de explicações causais para essa violência está ligada a algumas prescrições estranhas de

¹⁰ “Violence against Trans and Non-binary People,” VAWnet, National Resource Center on Domestic Violence, 2021, vawnet.org.

¹¹ Ivan Natividad, “Why Is Anti-trans Violence on the Rise in America?,” Berkeley News, 25 de Junho de 2021 news.berkeley.edu.

grupos de proteção. O *National Center for Transgender Equality* (Centro Nacional para a Igualdade Trans), por exemplo, defende o julgamento da violência contra mulheres trans racializadas nos EUA como crimes de ódio, embora os estatutos de crimes de ódio sejam, paradoxalmente, usados principalmente para criminalizar pessoas racializadas.¹² A *Lambda Legal*, outra organização de direitos civis, admite que a polícia raramente ajuda na investigação desse tipo de violência, sendo ela própria uma fonte significativa de violência contra mulheres trans.¹³ Embora a *Human Rights Campaign* (Campanha por Direitos Humanos) observe que as causas da violência contra as mulheres trans são complicadas demais para receberem apenas uma única explicação (eles a chamam de “cultura da violência”), Tori Cooper, diretora de envolvimento comunitário da HRC para sua *Transgender Justice Initiative* (Iniciativa por Justiça Trans), disse à revista *Time* em 2021 que “precisamos garantir que as pessoas que cometem crimes de ódio sejam processadas de acordo com a lei”.¹⁴

O conceito de crimes de ódio agrega uma noção vaga de “preconceito” transfóbico numa explicação pré-fabricada da violência: ela ocorre porque é cometida por criminosos.¹⁵ Essa premissa se mostrou excepcionalmente fraca diante do argumento do “pânico trans”, que inocenta aqueles que são levados a julgamento ou reduz suas sentenças por atacar ou matar mulheres trans. De fato, o argumento do pânico trans é tão resistente que sobreviveu até mesmo à sua proibição. Em 2002, Gwen Araujo, de dezessete anos, foi espancada e estrangulada até a morte por quatro homens em Newark, Califórnia. No julgamento, a defesa alegou que os homens só mataram Araujo no “calor da paixão” depois de descobrirem seu “sexo biológico”. Essa caracterização dos eventos parece não ser verdadeira. Alguns dos réus aparentemente tiveram relações sexuais com Araujo *vários dias* antes de matá-la, o que significa que eles dificilmente poderiam ter perdido a sanidade no calor do momento. Mas a alegação de que o corpo de Araujo os havia provocado de tal

¹² *National Center for Transgender Equality, Responding to Hate Crimes: A Community Resource Manual*, transequality.org.

¹³ “Fighting Anti-trans Violence,” *Lambda Legal*, lambdalegal.org.

¹⁴ “Fatal Violence against the Transgender and Gender Non-conforming Community in 2022,” *Human Rights Campaign*, 2022, hrc.org; Madeleine Carlisle, “Anti-trans Violence Reached Record Highs across American in 2021,” *Time*, 30 de Dezembro de 2021, time.com.

¹⁵ “Learn More About Hate Crimes in the United States,” *Department of Justice*, justice.gov.

forma que eles tinham justificativa para matá-la superou os fatos do caso. O júri não chegou a um acordo, o que levou a uma anulação do julgamento. Dois dos homens foram considerados culpados de assassinato em segundo grau em um segundo julgamento, enquanto outro continuou sendo objeto de um impasse no júri. O sucesso do argumento do pânico trans para atrapalhar a acusação levou a uma explosão de organização em torno da violência contra mulheres trans e mulheres trans racializadas, como Araujo, e, em resposta, a Califórnia aprovou uma lei proibindo o argumento do pânico trans (juntamente com o argumento do “pânico gay”).¹⁶

No entanto, apenas cinco anos depois, no interior do estado, em Oxnard, Brand McInerney atirou na nuca de sua colega de classe Latisha King, de 15 anos, à queima-roupa, à vista dos alunos e do professor. McInerney havia trazido a arma de casa e o julgamento enfatizou que ele matou King pouco tempo depois de ela ter lhe pedido para ser seu namorado. O assassinato de uma garota trans Negra no ensino fundamental foi narrado como um caso de amor não correspondido – uma história que permitiu que todos os envolvidos evitassem a minoridade e a feminilidade de King. No julgamento, ela foi chamada apenas por seu nome de nascimento, com pronomes masculinos, e foi repetidamente descrita como um menino gay. Ela foi tratada dessa forma apesar do testemunho que afirmava que foi ao ver King digitar seu nome, Latisha, em um computador da sala de aula que McInerney sacou a arma.¹⁷

“Grande parte do que aconteceu nesse julgamento se baseou na confusão entre identidade de gênero e orientação sexual”, explica a estudiosa feminista Gayle Salamon em seu livro que examina o caso. As evidências apresentadas para explicar por que McInerney matou King incluíam as roupas que ela vestia para ir à escola, a maneira como caminhava pelo corredor e o tom de voz que usava ao falar com ele, todos interpretados como assédio sexual de McInerney. King foi repetidamente erroneamente classificada como homem para reenquadrá-la como inerentemente agressiva em relação a um rapaz branco heterossexual – inferências que faziam uso tático não explícito de sua Negritude e transfeminilidade

¹⁶ Malaika Fraley, “Gwen Araujo Murder 14 Years Later: Trans-gender Teen’s Killers Face Parole,” *Santa Cruz Sentinel*, 14 de Outubro de 2016, santacruzsentinel.com.

¹⁷ Gayle Salamon, *The Life and Death of Latisha King: A Critical Phenomenology of Transphobia* (New York: New York University Press, 2018), 1–4.

como certificação. No julgamento, de repente foi como se King tivesse de alguma forma pressionado McInerney a matá-la, a ponto de ele não ser responsável por levar uma arma para a escola, apontá-la para ela e puxar o gatilho. Essa “lógica submersa” por parte da defesa, como diz Salamon, funcionou sem nenhuma evidência, precisamente porque o “gênero feminino de Latisha já era uma provocação que induzia ao pânico” para todos no tribunal, mesmo depois de sua morte. A violência extrema de McInerney — executá-la na frente da turma — tornou-se friamente racional “ao caracterizar o gênero não normativo como um ato violento de agressão em si ... lendo a expressão da identidade de gênero *em si como um ato sexual*”.¹⁸

Assim como aconteceu com os assassinos de Araujo, o acordo de McInerney reduziu as acusações para homicídio em segundo grau¹⁹ e os promotores estaduais não conseguiram apresentar uma acusação de crime de ódio contra ele. Embora o argumento do pânico trans já fosse ilegal na Califórnia, ele foi empregado com sucesso por meio da combinação de feminilidade trans e homossexualidade.

Mesmo que o conceito de crimes de ódio pudesse superar os argumentos ilegais de pânico trans, os apelos para prender os assassinos de mulheres e meninas trans, ou para impor-lhes sentenças mais longas, não têm nada a ver com justiça. Pelo contrário, o fato de esses julgamentos não conseguirem garantir condenações de nível superior não é um problema que valha a pena resolver. A justiça também não teria sido alcançada se o tribunal tivesse reconhecido que Latisha era uma menina. A questão é que a violência original de agressão ou assassinato é de fato estendida por meio de procedimentos legais, servindo como uma garantia retrospectiva. Confundir a feminilidade trans com a agressão sexual masculina, especialmente quando fantasias racistas sobre a sexualidade de pessoas Negras e Marrons estão codificadas nessa fusão, permite que as pessoas respondam à feminilidade trans com tanta violência preventiva quanto desejarem. Tudo o que elas precisam fazer é alegar pânico após o fato.

¹⁸ *Ibid.*, 5.

¹⁹ “Brandon McInerney Sentenced to 21 Years, Lawyer Says He’s Sorry for Killing Classmate,” KPCC, 19 de Dezembro de 2011, archive.kpcc.org.

O pânico do pânico trans gerou uma análise predominantemente psicológica. A escritora e ativista Julia Serano, que distingue de maneira muito útil o sexismo característico da transmisoginia de uma noção mais genérica de transfobia, aponta que a violência contra as mulheres trans geralmente é justificada como uma punição apropriada para a “enganação”. Através da hipersexualização da transfeminilidade, olha-se para as mulheres trans como se elas convidassem não apenas o interesse sexual, mas também qualquer violência necessária para reafirmar a posição dos homens heterossexuais sobre elas na hierarquia social. A sexualização das mulheres trans, ironicamente, ameaça os homens por associação, como um boomerang do desejo. “Por trás de cada acusação de enganação está um pressuposto incontestado,” explica Serano, “de que nenhum homem em sua consciência poderia se atrair por alguém que é feminina, mas fisicamente do sexo masculino”.²⁰ A filósofa Talia Mae Bettcher enfatiza que essa dinâmica cria uma situação onde nenhuma mulher trans pode navegar com sucesso. Os assassinatos de mulheres trans por parte de homens são frequentemente explicados como um fracasso em se assumir enquanto trans. Mas esse “fracasso” — e o momento posterior de “descoberta” — parece tão frequentemente ser uma mentira inventada após o ocorrido para mitigar as consequências quanto foi no julgamento dos assassinos de Araujo. A escolha de se assumir ou não não é decisiva, porque as mulheres trans não têm controle sobre como elas são percebidas no dia a dia. “Há uma diferença importante entre se assumir ‘uma mulher trans’ ou ‘um homem vestido de mulher,’” Bettcher explica. “No entanto, frequentemente é esta última possibilidade que opera na maior parte da violência transfóbica,” independente de como as mulheres trans se apresentam, ou se são ou não passáveis.²¹ É por isso que as mulheres trans que são tão passáveis que os homens não percebem de início que elas são trans na verdade enfrentam um maior perigo em decorrência da passabilidade, em vez de gozar de um privilégio. Portanto, a culpabilização de mulheres trans vítimas de violência tem muito pouco a ver com o que elas dizem ou como elas agem. A história da enganação é uma projeção que acoberta uma cultura que responsabiliza as mulheres vítimas de violência.

²⁰ Julia Serano, *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity* (Berkeley, CA: Seal Press, 2007), 248.

²¹ Talia Mae Bettcher, “Evil Deceivers and Make-Believers: On Transphobic Violence and the Politics of Illusion,” *Hypatia* 22, no 3 (2007): 54.

Como muitas transfeministas, Serano e Bettcher tratam a violência contra mulheres trans como um importante componente da violência misógina em geral. Mas a análise psicológica se esgota aí. Como a filósofa Kate Manne expõe, as explicações psicológicas convertem a misoginia numa “propriedade de agentes individuais (tipicamente, embora não necessariamente os homens) que são mais predispostos a sentir ódio, hostilidade ou outras emoções similares contra toda e qualquer mulher, ou ao menos as mulheres em geral, simplesmente por serem mulheres.” Mas há poucas pessoas que se encaixam em uma definição tão extrema. A misoginia não é um ódio de mulher puro ou abstrato; na prática ela se fixa em mulheres forçadas a viver na base das outras hierarquias sociais, como raça e classe, que já as superexpõem à violência. A misoginia seleciona pessoas como mulheres trans baseando-se em fatores combinados que tornam mais fácil culpabilizá-las quando vítimas e escapar da responsabilidade.²² (A misoginia também promete proteção às mulheres que fazem juramentos a causas misóginas, o que explica parcialmente porque muitas feministas anti-trans, como algumas mulheres de direita, estão contentes em se aliar a homens misóginos na desumanização de mulheres trans).

Faz mais sentido pensar na misoginia como o policiamento e a punição de certas mulheres por seus supostos fracassos em se manter subordinadas aos homens. Em vez de tentar eliminar todas as mulheres, a violência misógina pode ser ironicamente seletiva como uma maneira de ameaçar simbolicamente todas as mulheres. A discriminação da misoginia é um aviso para todas as outras: você será a próxima se não ficar na linha. Ao culpabilizar seus alvos — mulheres que são declaradas transgressoras dos limites da feminilidade e da subserviência apropriadas — a misoginia naturaliza e justifica a subordinação mais ampla das mulheres aos homens enquanto classe. Manne argumenta que a transmisoginia encaixa-se perfeitamente nessa definição e que a misoginia não se manifesta de maneira universal.

“A violência é uma forma de arrogância,” esclarece a crítica social Jacqueline Rose, que também vê a perseguição contra mulheres trans como um exemplo chave de como a violência contra as mulheres opera. “Ela depende, para a sua persistência, em uma recusa de reconhecer que ela sequer está lá.” Ao mesmo tempo, a violência misógina é tão viciosa e

²² Kate Manne, *Down Girl: The Logic of Misogyny* (Oxford: Oxford University Press, 2018), 32, 53, 24.

impune porque depende de uma mentira de força maior. Dominar ou descartar uma mulher trans é uma forma de literalizar o desejo de dominação que é prometido, mas inalcançável para os homens. “Nenhum homem possui confortavelmente a masculinidade,” Rose explica. “O seu domínio é uma mentira, como cada centímetro da carne mortal testemunha. Mas como toda mentira, para que se acredite nela, ela deve ser incessantemente repetida.”²³

Essas análises feministas são muito mais precisas do que aquelas subjacentes à criminalização da violência contra as mulheres trans. No entanto, a análise psicológica ainda levanta questões maiores sobre as causas e os fins concretos da violência contra as mulheres trans. A estrutura psicológica só pode responder superficialmente *por que* as mulheres trans, especificamente, estão sujeitas a tanta violência. Por que alguns homens se fixam tão intensamente em mulheres trans? Por que eles desejam as mulheres trans em primeiro lugar se, às vezes, chegam a agredi-las, abusá-las ou até mesmo matá-las? E por que a subordinação das mulheres em geral exige a punição específica das mulheres trans? A análise psicológica apela para uma vaga noção de que o ódio às mulheres é um comportamento humano onipresente ou o resultado de uma cultura predominantemente patriarcal; mas, mesmo assim, não respondeu às questões de causalidade. A violência contra as mulheres trans pode ser entendida como um subproduto da transmisoginia difundida como norma cultural, mas isso não explica por que a transmisoginia se tornou tão difundida, de onde ela veio ou como poderia ser efetivamente enfrentada, já que nem a lei nem a psicologia encontraram um caminho eficaz. Mais uma vez, o destino das mulheres trans continua sendo a violência, mesmo que a descrição de como a violência ocorre interpessoalmente tenha melhorado.

A explicação psicológica da transmisoginia também não apresenta uma imagem tão promissora dos homens. Assim como a premissa exacerbada do feminismo radical dos anos 70 de que a violência é inerente aos homens, ela não consegue explicar por que alguns homens agem de acordo com a transmisoginia generalizada que estrutura o mundo, ao passo que a maioria não o faz. Ela pode explicar a transmisoginia ou o pânico trans por

²³ Jacqueline Rose, *On Violence and On Violence against Women* (New York: Farrar, Straus & Giroux, 2021), 3, 10.

meio de uma analogia com a violência contra as mulheres, mas não pode explicar por que as mulheres trans também estão frequentemente sujeitas à homofobia e ao pânico gay. Também não consegue explicar por que as mulheres não-trans sofrem terríveis represálias quando são identificadas como trans ou quando simplesmente apoiam publicamente as mulheres trans. Além disso, o simples acréscimo do termo *trans* à *violência contra a mulher* ou à *misoginia* faz com que o papel do racismo seja rebaixado a um complemento, em vez de ser reconhecido como sua raiz. Em resumo, a psicologia, assim como o direito penal, trata o pânico trans de forma vaga, quase temerosa, como se não houvesse nada a ser feito além de denunciar a violência contra as mulheres trans e culpar os homens por isso. Não é de se admirar, portanto, que apesar de todos os apelos à ação contra a violência contra as mulheres trans, poucas soluções genuínas sejam apresentadas. Na esteira do modelo de serviço social inaugurado pelo paradigma da transgeneridade na década de 1990, em que os autodenominados protetores das mulheres trans se recusavam a aceitar as palavras que as garotas da pista usavam para nomear a si mesmas, as explicações para a violência parecem também evitar ouvir o que as mulheres trans sabem sobre a violência ou querem fazer a respeito. Essa recusa em investir nas pessoas que melhor conhecem a violência certamente é parte da razão pela qual ela continua sendo um espetáculo de prazer e evasão para o público, que gosta de consumi-la. Mas se os homens não são inerentemente maus e se as mulheres trans não convidam intrinsecamente à represália — o que tornaria a violência imparável — então a psicologia dessa violência teve de surgir em um determinado lugar e momento. O pânico trans teve de ser inventado.

Por quase dois séculos, todes, exceto as mulheres trans, monopolizaram o significado da feminilidade trans. Com medo da interdependência, muitas pessoas tentaram, de forma violenta, desejar que a feminilidade trans fosse eliminada. A mulher não-trans tornou-se crítica em relação ao gênero, disposta a descartar sua irmã trans para garantir sua reivindicação de feminilidade. O homem gay celebra as *queens* como icônicas, mas se separa ansiosamente da intimidade viada com a feminilidade trans, alegando que está do lado da sexualidade, e não do gênero. O homem heterossexual age com violência para repudiar seu desejo pelas garotas que ele assiste em pornografia, pelas garotas com quem ele trai a esposa e pelas garotas de quem ele compra sexo. O estado tem usado a

feminilidade trans acima de tudo para criar a pretensão necessária para expandir sua soberania como monopólio da violência. E mesmo as pessoas queer e trans, seja como produtores culturais, ativistas, ou acadêmicas, têm usado o valor simbólico da feminilidade trans para garantir sua autenticidade política.

Mas isso é somente para contar metade da história. A rejeição raivosa e ansiosa da interdependência de todes com as mulheres trans é uma tentativa de recusar a dívida social adquirida, recusar o poder que a transfeminilidade carrega. A história da interdependência é também a história da mulheridade trans e da transfeminilidade, de uma tradição que se formou junto com e em resposta à transmisoginia. A *Short History of Transmisoginy* conta uma história em quatro atos que valoriza a experiência, a genialidade, e os desejos de mulheres trans e da transfeminilidade frente à misoginia, ao racismo, à pobreza e à violência de estado. Em vez de usar essa diferenciação entre mulheres trans e transfeminilidades para rebaixar ou segregar, esse livro fala em múltiplas línguas para evidenciar que a transfeminilidade é central para todo mundo: muito poderosa, muito onipresente, e muito envolvida nas questões de todo mundo para ser contida por qualquer palavra. A mulheridade trans como forma de vida não é sempre coincidente com a transfeminilidade como uma expressão prescritiva, uma estética e um repertório incorporado, ou uma ideia abstrata. Para desnudar o projeto colonizatório americano e europeu que tem feito há muito o uso do gênero para estender seu falso universalismo, esse livro introduz o termo *transfeminilização* para descrever o que acontece com grupos sujeitos à transmisoginia, ainda que estes não quisessem, ou ainda não queiram ser reconhecidas como mulheres trans. Na verdade, a transfeminilização de populações usada para destituí-las de modos de vida originários, estruturas de parentesco, línguas, papéis sociais e valores políticos é uma das histórias centrais da transmisoginia que este livro examina. A transmisoginia oferece uma perspectiva mais sofisticada do que qualquer análise motivada pela identidade – ou pela linguagem – porque ela não presume que a transfeminilidade ou a mulheridade trans sejam inerentemente emancipatórias, ou mesmo compartilhadas como categorias estáveis. As pessoas Negras, Marrons e Indígenas que foram transfeminilizadas têm frequentemente rejeitado a chegada da identidade trans

como uma força missionária do Norte global, ou têm sido forçadas a trabalhar dentro dos seus parâmetros limitados para sobreviver.

A *Short History of Trans Misogyny* conta uma série de histórias globais do começo do século dezenove até os dias atuais. Ao qualificá-las como “globais”, eu não quero dizer que a transmisoginia e a transfeminilidade sejam onipresentes. Pelo contrário, a palavra *global* é utilizada aqui em um sentido devastador, como índice do alcance saturante dos projetos coloniais e capitalistas que violentamente homogeneizaram terras, culturas, linguagens, religiões e trabalho em um único sistema planetário. Os fios irremediavelmente *trans* das histórias globais do colonialismo e do Capital têm sido escandalosamente negligenciados por acadêmicos, críticos culturais e ativistas no Norte global. Mas porque enquadrar a história das mulheres trans e da transfeminilidade pela lente da violência misógina e da transfeminilização? Isso não implica um risco de reforçar a ligação entre a transmisoginia e a existência transfeminina? A verdade pode ser bem o contrário. Apesar da consciência crescente de que a hipervisibilidade das mulheres trans — especialmente para aquelas que são racializadas, ou que são trabalhadoras sexuais e migrantes — as coloca diante dos maiores índices de violência do mundo, há surpreendentemente poucas ferramentas para responder o que permanece talvez como a pergunta mais importante: Por que uma transmisoginia tão potente e extrema marca praticamente o mundo todo? Por que ela transpira em contextos culturais e políticos radicalmente diferentes? Por que a transmisoginia é investida tanto por movimentos autoritários e ultraconservadores e feministas de esquerda? Por que a transmisoginia é parte de um ataque mais amplo contra as pessoas LGBT em alguns lugares, e dirigida contra as mulheres trans por pessoas gays e lésbicas em outros? Qual o propósito político da transmisoginia? E onde ela surgiu, primeiramente?

Estas não são perguntas retóricas. Sem uma definição clara, a história e a compreensão da transmisoginia como uma forma concreta de violência documentável, arriscamos permanecer em uma zona de teorias morais vagas. A transmisoginia, como o conceito vago de transfobia, se torna um tipo de preconceito ou ódio quase religioso que

aparentemente sempre existiu e espera por momentos convenientes para irromper.²⁴ A transmisoginia, em outras palavras, se torna outra ideia euro-americana projetada no resto do mundo para torná-la universal. Mas se assim fosse, então a transmisoginia seria um tipo de ódio tão profundamente irracional que seria impossível livrar o mundo dela. E sem uma compreensão clara do que distingue a *transmisoginia* de uma *misoginia* mais ampla, ou de suas conexões com a homofobia, arriscamos colapsar as diferenças políticas entre mulheres trans e não-trans, bem como deixar a porta aberta para que feministas trans-excludentes caracterizem as mulheres trans como “homens privilegiados” que não experienciam de forma alguma a *misoginia*.

Apenas por esse motivo, por mais doloroso que possa ser reconstruir uma história tão longa e meticulosa, a *transmisoginia* precisa ser estudada em detalhes. Este livro o faz examinando a emergência e a disseminação de um padrão específico de violência sexualizada e feminizante que começou a transfeminilizar pessoas que viviam sob o *design* do colonialismo no século XIX. Essa não é a abordagem usual da história-da-medicina que é oferecida para a história trans, na qual os conceitos psiquiátricos de travestismo ou transexualidade são compostos primeiramente nos corredores da ciência em Berlim, Paris, Londres e Nova Iorque. Tampouco é uma história dos movimentos sociais. O alvo prototípico da *transmisoginia* não é uma paciente de Magnus Hirschfeld, mas uma *hijra* na Índia Britânica, uma mulher Negra livre vivendo sob a sombra do tráfico transatlântico nos EUA, ou uma pessoa *Two-Spirit* enfrentando o genocídio cultural nas américas, cada uma desenraizada de um modo de vida que não tinha nada a ver com a identidade *trans* senão que pela violência de estado, o colonialismo, e a economia política do capitalismo industrial. Em vez de assumir que a história moderna das mulheres trans começou no Ocidente e então subsequentemente se espalhou pelo mundo através do colonialismo, o fluxo não é tão invertido quanto é multidirecional. As pessoas que adotaram a mulheridade trans como uma forma de vida no século dezenove — nomeadamente, ao vestirem-se como mulheres, usarem nomes femininos, e praticar trabalho sexual — o fizeram não somente

²⁴Eu estou adaptando o tipo de análise desenvolvido para a história da sexualidade por Christopher Chitty em: *Sexual Hegemony*, ed. Max Fox (Durham, NC: Duke University Press, 2020), 24–32.

em Nova Iorque, Londres ou Berlim, mas nos distritos coloniais dos impérios Britânico, Dinamarquês, Alemão e Americano.

A transmisoginia se formou primeiramente como uma modalidade de construção dos estados coloniais que produziu para os indivíduos modelos de sexualização, desumanização e agressão contra pessoas transfeminilizadas através do pânico, começando pelos agentes policiais. Enquanto diversas mulheres trans preexistiram o século dezenove, é somente em sua segunda metade que um padrão que as perseguia por serem transfemininas emerge. Mulheres trans de épocas anteriores, como Mary Jones, uma trabalhadora do sexo que foi presa em Nova Iorque em 1836, eram tratadas como espetáculos; não por viverem como mulheres, mas pela ameaça percebida em suas atitudes raciais. Jones, uma mulher Negra livre, foi acusada de “amalgamação”²⁵ – ter homens brancos como clientes – pelo tribunal da opinião pública, e não por cruzar a fronteira entre os sexos. Mas ao final do século, enquanto a memorialista Jennie June se encontrava com homens da classe trabalhadora em Nova Iorque, ela narrava a violência que ela e outras pessoas transfeminilizadas enfrentavam na rua em termos que soam surpreendentemente familiares nos dias de hoje. Embora os homens com os quais ela ia a encontros “gostassem de flertar comigo por uma hora no parque como se eu fosse uma completa dama,” June tinha que manejar cuidadosamente o momento da revelação – algo que Jones não precisou fazer.²⁶ A razão de June precisar ser cuidadosa não era que os homens descobririam que ela era trans, mas que eles a buscavam justamente *porque* ela era visivelmente trans para eles. Décadas antes, por contraste, Jones não era visivelmente trans na pista para seus conterrâneos de Nova Iorque. No tempo de June, assim como agora, a combinação de visibilidade e desejo poderia ter um desfecho fatal. O padrão da violência urbana que ela descreve no fim do século XIX se manteve surpreendentemente estável ao longo do tempo e em sua saturação do globo, com altos índices de assassinatos e violências persistindo até hoje – documentados não somente nos EUA mas em países indo

²⁵ **N.T.:** Esse termo se refere à manutenção de relações interracialis.

²⁶ Jennie June, *The Female-Impersonators: A Sequel to the Autobiography of an Androgyne and an Account of Some of the Author's Experiences during His Six Years' Career as Instinctive Female-Impersonator in New York's Underworld* (New York: Medico-legal Journal, 1922), 130-1.

do Brasil à Grécia ao Cazaquistão ao Malawi.²⁷ A longevidade e estabilidade da violência é uma prova robusta e rigorosa — tanto quanto profundamente perturbadora — da historicidade da transmisoginia.

Ao focar na história da transmisoginia, no entanto, este livro não finge possuir a autoria de uma história definitiva da mulheridade trans. Na verdade, a conclusão é enfaticamente o oposto: eu não acho que uma história coerente das mulheres trans é possível, ou sequer valha a tentativa. Claramente houveram pessoas em praticamente todas as culturas humanas documentadas que viveram nos papéis femininos, ou entre entendimentos específicos de mulheridade e hombridade, apesar de não terem herdado este papel através do nascimento ou da anatomia.²⁸ No entanto, deduzir que as mulheres trans como as conhecemos hoje “sempre existiram” seria uma tolice por várias razões. Primeiro, não há nenhuma forma significativa de chegar a uma definição de transfeminilidade que poderia se aplicar a todos os lugares e tempos, assim como não há nenhum acordo sobre uma definição única de mulheridade. Principalmente as pessoas do Norte global que têm romantizado sociedades não-Ocidentais, originárias e antigas em uma definição etnocêntrica e egoísta de transfeminilidade que espelha a sua própria.²⁹ Como as ‘aqi do povo Chumash pertencente ao território da Califórnia dos dias atuais, que possuíam um alto status social e eram responsáveis pelas práticas de sepultamento; as *renyao* (traduzível como “fantasma humano” ou “monstro”) estigmatizadas na China e em Taiwan; e as *fa’afafine* da diáspora Samoana, por exemplo, se unificam em algo compartilhado com as mulheres trans dos EUA, da Europa ou da Austrália?³⁰ Mais

²⁷ Jamie Wareham, “375 Transgender People Murdered in 2021—‘Deadliest Year’ since Records Began,” *Forbes*, 11 de Novembro de 2021, forbes.com.

²⁸ Para uma boa revisão da questão da existência trans anterior à era moderna ver: Great LaFleur, Masha Raskolnikov, e Anna Klosowska, “Introduction: The Benefits of Being Trans Historical,” em *Trans Historical: Gender Plurality before the Modern* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2021), 1–26.

²⁹ Esse tem sido há muito tempo um ponto de debate acalorado na imprensa LGBT. Para uma discussão antiga, ver: Ramón A. Gutiérrez, “Must We Deracinate Indians to Find Gay Roots?,” *Out/Look* (Winter 1989): 627.

³⁰ Sobre as ‘aqi, ver: Deborah A. Miranda, “Extermination of the Joyas: Gendercide in Spanish California,” *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 16, no. 1 (2010): 253–84. Sobre as *renyao*, ver: Howard Chiang, “Titrating Transgender: Archiving Taiwan through *Renyao* History,” em: *Transtopia in the Sinophone Pacific* (New York: Columbia University Press, 2021), 97–136. Sobre as *fa’afafine*, ver: Dan Taulapapa McMullin, “Fa’afafine Notes: On Tagaloa, Jesus, and Nafanua,” em: *Queer Indigenous Studies: Critical Interventions in Theory, Politics, and Literature*, ed. QwoLi Driskill et al. (Tucson: University of Arizona Press, 2011), 81–96.

precisamente, uma gama assombrosa de culturas não-Ocidentais foi irreparavelmente marcada pela violência redutiva do colonialismo, o que incluiu a imposição de um binarismo sexual macho/fêmea no qual a vida trans adquiriu sua associação atual com o cruzamento de fronteiras.³¹ A transfeminilização como conceito responde a este problema, enfatizando que rotular vários tipos de gente como “mulheres trans” tem continuidade com esse projeto colonial. Mesmo para grupos com histórias documentadas por séculos ou milênios, como as hijras no Sul Asiático, o legado do colonialismo transformou tanto a sua posição social e política que agora elas se vêem capturadas pela política LGBT por um lado, e por um nacionalismo religioso de outro.³²

Nos padrões Euro-Americanos, a mulheridade trans atual é construída como uma identidade individual, um tipo de propriedade pessoal localizada profundamente dentro do eu que produz conflitos com famílias de origem, normas públicas e instituições sociais. Em muitas outras culturas contemporâneas, e em muitos períodos de tempo anteriores ao presente, no entanto, um modo de vida transfeminino não exigia necessariamente o abandono das estruturas de parentesco ou a adoção de uma identidade contrária às normas, ou sequer um cruzamento de quaisquer fronteiras.

Ainda que ninguém que não seja o imperialista mais delirante possa inocentemente pesquisar o globo para colocar um único rótulo sobre a mulheridade trans ou a transfeminilidade, é possível narrar a criação global da transmisoginia através de arranjos coloniais e estratificados de sexo, gênero e sexualidade. Em vez de presumir a coerência da transfeminilidade primeiro, e então usar a história para atestar isso, este livro examina onde e quando a transfeminilidade se tornou uma linha-problema em histórias mais amplas, incluindo as práticas repressivas do governo colonial, a regulação do trabalho sexual, o policiamento do espaço urbano, e a fronteira entre a economia formal e informal. Desse modo, o método deste livro é enganosamente simples: ele usa a história da transmisoginia para compreender onde as garras da violência lançaram luz sobre as

³¹Esse processo tem sido chamado, em parte, de genericídio. Ver: Miranda, “*Extermination of the Joyas*.”

³²Gayatri Reddy, *With Respect to Sex: Negotiating Hijra Identity in South India*, 1st ed. (Chicago: University of Chicago Press, 2005); Vaibhav Saria, *Hijras, Lovers, Brothers: Surviving Sex and Poverty in Rural India* (New York: Fordham University Press, 2021).

pessoas transfeminilizadas e como elas responderam às suas agressões. Ao fazê-lo, aprendemos sobre o que torna a transmisoginia única, e conseguimos vislumbrar como pessoas completamente diversas ao redor do mundo vieram a se encontrar implicadas na transfeminilidade e na mulheridade trans, quisessem elas ou não.

Por essas razões, eu mantenho uma distinção entre a *transfeminilidade*, e as *mulheres trans* ou a *mulheridade trans*. A primeira serve para descrever uma classificação ampla feita por observadores externos, que inclui critérios estéticos e a história das ideias ligadas a pessoas que foram transfeminilizadas. A *mulheridade* e as *mulheres trans*, por outro lado, nomeiam as pessoas que se viram intencionalmente como pertencentes a uma categoria compartilhada — em outras palavras, que tentaram viver no mundo sendo reconhecidas como mulheres, qualquer que tenha sido o significado contextual desta categoria para elas. Todas as pessoas nesse livro podem ter sido *transfeminilizadas*, e todas podem ter sido trazidas à órbita da *transfeminilidade*, mas somente algumas delas se consideraram como *mulheres trans* em resposta a isso. Estas distinções empíricas cuidadosas nos lembram que a transmisoginia teve o efeito de puxar grandes grupos de pessoas para uma relação umas com as outras, como mulheres trans Negras em Nova Iorque e *kathoey*s em Bangkok, que não fossem os acidentes da história, nunca teriam visto umas às outras como tendo nada em comum. Analisar as mulheres trans junto com as hijras, street queens, travestis e pessoas two-spirit, mesmo que poucas ou nenhuma dessas últimas se identifiquem como mulheres trans, não enfraquece a categoria da transfeminilidade ou o projeto político do transfeminismo. Pelo contrário, isso somente revela o quão estreita a definição de *mulheridade* do Ocidente tem sido, já que muitos grupos a rejeitam como uma limitação colonial, mesmo quando ela chega em uma linguagem trans.

Algumas das lacunas que este livro explora continuam sendo fontes de grande atrito até hoje. A transfeminilidade é mais bem compreendida em relação à mulheridade ou sua história sugere que a cultura dos homens gays é sua melhor referência? Parece que há muito em jogo na resposta, pois se as mulheres trans são *mulheres* e ponto final, como diz o ditado atual, por que grande parte de sua história envolve homens gays? Desde o conceito do “invertido” da sexologia do final do século XIX até as brigas atuais sobre se as mulheres

trans podem fazer drag, a mistura de estruturas sexuais e de gênero há muito tempo produz uma ansiedade direcionada à transfeminilidade. Em vez de fingir que tomar uma ou outra direção é desejável, ou sequer possível, o livro *A Short History of Trans Misogyny* enfatiza como o gênero e a sexualidade, ou o que é gay e o que é transfeminino, costumam ser confusos para a maioria das pessoas. Este livro explora o tipo de mulheridade que as mulheres trans adquirem ao fazer trabalho sexual e considera as queens de rua de meados do século XX que responderam à palavra gay precisamente porque sua transfeminilidade as tornou queens de algo chamado “o mundo gay”. Homens gays se voltaram para elas para refletir sobre a promessa eletrizante — ou a possibilidade horrível — de cair na proverbial toca do coelho da efeminação para a feminilidade absoluta. As queens de rua aparecem em todo o cânone cultural gay masculino porque sua proximidade com os homens gays representava a ameaça e a liberdade de “ir até o fim”.

As mulheres trans e a transfeminilidade, sob a perspectiva deste livro, não são excluídas ou apagadas de forma tão definitiva, mas são degradadas e punidas por aqueles que as cobiçam com raiva, fascínio e afeto. Embora eu separe as pessoas trans-feminizadas de outros tipos de pessoas trans — ou seja, homens trans — este livro não tem nenhum impulso separatista. Ele não argumenta que as mulheres trans ou a transfeminilidade devam ser abordadas isoladamente para que lhes seja feita justiça, ou que a transmisoginia seja responsabilidade de um único grupo, incluindo os homens. Tampouco adota a noção simplista de que alguns tipos de pessoas são inerentemente afetados pela transmisoginia, enquanto outros estão totalmente isentos dela. *A Short History of Trans Misogyny* enfatiza que as categorias de gênero são intensamente sociais, mesmo que estejam organizadas em hierarquias. A transfeminilidade, assim como a mulheridade não-trans ou a heterossexualidade masculina, não vem ao mundo em uma ilha. Cada um de nós surge como indivíduo para conhecer a si mesmo somente por meio de nossos relacionamentos emaranhados com aqueles que não são como nós — que, a rigor, são todos. De fato, a raiz do medo que é comum às mulheres transmisóginas, aos homens gays, aos homens heterossexuais, às pessoas não-binárias ou até mesmo a certas mulheres trans vem de precisarem tomar a transfeminilidade de outras pessoas como um contraste para seu lugar no mundo.

O gênero como sistema coage e mantém a interdependência radical, independentemente da identidade ou da política de qualquer pessoa. A transmisoginia é uma reação particularmente dura às obrigações desse sistema – obrigações garantidas tanto pelo estado quanto pela sociedade civil. Quanto mais feroz ou evangelicamente um transmisógino profere injúrias contra as mulheres trans imorais, impolíticas ou perigosas desse mundo, mais admite que seu gênero e suas identidades sexuais dependem da transfeminilidade de forma crucial para existir.

Compreendendo essa interdependência primária entre as posições de gênero e sexualidade no sistema Ocidental hegemônico, este livro associa, em cada capítulo, sujeitas transfeminizadas a pessoas cujos relacionamentos com eles são negados pela misoginia. Ao contar histórias por meio de seu entrelaçamento, este livro se recusa a fingir que as pessoas transfeminizadas estão sozinhas, isoladas e sofrendo porque precisam de salvação. Este livro se recusa a fingir que existe apenas uma versão da mulher trans e da transfeminilidade, ou que o modelo ocidental de identidade de gênero e individualismo burguês, com sua compreensão simplista da opressão, seja útil, exceto como ferramenta de disciplina e dominação. E, embora não seja possível tabular cada registro relevante em uma lista que seria impossivelmente longa, este livro insiste em responsabilizar todos pela degradação da transfeminilidade. O poder coletivo das pessoas transfeminizadas, inclusive das mulheres trans, reside em quantos outros dependem de nós para garantir suas reivindicações de reconhecimento como pessoa.

Em outras palavras, as bonecas estão prontas pra cobrar a multa.